



BELO HORIZONTE, ARQUITETURA E MODERNIDADE

Belo Horizonte, Architecture and Modernity

Submissão: 01/09/2020

Cláudio Lister Marques Bahia¹

Aprovação: 30/09/2020

RESUMO

Esta escrita não é relato de uma experiência arquitetônica do passado na sua tradução de fato histórico, proveniente dos antecedentes de um ambiente físico e social. Trata-se de um estudo cuja abordagem fenomenológica apresenta-se por uma envolvimento de historicidade, objetivada pela intenção distinta do retorno idealista à consciência e da descrição pura de uma época, por excluir tanto o procedimento da análise reflexiva quanto ao procedimento da explicação científica. A realidade da arquitetura deve ser descrita e não constituída, pois o mundo é que é dado ao sujeito, porque o sujeito é dado a si mesmo. Para tanto, foi entendido que o limite temporal da manifestação arquitetônica não se relaciona apenas com a sucessão de fatos da história. Esta reflexão desenvolveu-se pela observação da arquitetura dos edifícios construídos nas décadas de 1940, 1950 e 1960 em Belo Horizonte, entendendo que como fatos significativos da Arquitetura esses edifícios estão ligados ao processo de transmissão, aquisição e produção da cultura modernista belo-horizontina.

Palavras-chaves: modernismo. Modernidade. arquitetura modernista. Fenomenologia.

ABSTRACT

This text is not an account of an architectural experience from the past, which translates a historical moment from a specific physical and social environment. It is a study whose phenomenological approach is involved by historicity and objectified by the distinct intention of making an idealistic return to consciousness through the pure description of an era, excluding both the procedure of reflective analysis and the procedure of scientific explanation. The reality of architecture must be described and not constituted, because the world is what is given to the subject and because the subject is given to himself. It is understood that the time limit of architectural manifestation is not only related to the succession of facts in history. This reflection was developed by observing the architecture of the buildings constructed in the 1940s, 1950s and 1960s in Belo Horizonte, understanding these buildings as significant facts of Architecture that are linked to the process of transmission, acquisition and production of the modernist culture of that city.

¹ Professor Adjunto III no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais; Doutorado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: clmbahia@yahoo.com.br

Keywords: modernism. Modernity. modernist architecture. Phenomenology.

1. Ambiente Cultural e Arquitetura Modernista de Belo Horizonte

Vendo aquelas casas, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como que se encontra, fica contente, feliz. E se lembra de coisas que a gente nunca soube, mas que estavam lá, dentro de nós.

Lúcio Costa, 1928

A ideia desta reflexão foi de uma rescrita de uma experiência passada recente da arquitetura modernista de Belo Horizonte, referenciada no período dos anos 1940 até o final da década de 1960, com o intuito de acertar a discussão arquitetural com um itinerário antropológico que pressupusesse a construção da sociedade belo-horizontina pelo fato cultural da modernidade do século 20 – o Modernismo.

É importante observar que esta reflexão não se trata de um relato de uma experiência arquitetônica do passado na sua tradução de fato histórico, proveniente dos antecedentes de um ambiente físico e social. Trata-se de um estudo cuja abordagem fenomenológica apresenta-se por uma envolvimento de historicidade, objetivada pela intenção distinta do retorno idealista à consciência e da descrição pura de uma época, por excluir tanto o procedimento da análise reflexiva quanto ao procedimento da explicação científica. A realidade da arquitetura deve ser descrita e não constituída, pois o mundo é que é dado ao sujeito, porque o sujeito é dado a si mesmo. Para tanto, foi entendido que o limite temporal da manifestação arquitetônica não se relaciona apenas com a sucessão de fatos da história, isto de acordo com o pensamento fenomenológico de Merleau-Ponty que revela:

“não é o passado que empurra o presente nem o presente que empurra o futuro para o ser; o porvir não é preparado atrás do observador, ele se premedita em frente dele, como tempestade no horizonte.”²

Esta reflexão, então, desenvolveu-se pela observação interpretativa da arquitetura dos edifícios construídos nas décadas de 1940, 1950 e 1960 em Belo Horizonte, entendendo que como fatos significativos da Arquitetura esses edifícios estão ligados ao processo de transmissão, aquisição e produção da cultura modernista belo-horizontina. Dentro de toda a produção edilícia da época em tela, observa-se três recortes emblemáticos e representativo da cultura modernista arquitetônica de Belo Horizonte, a saber:

² MERLEAU-PONTY, 1999. p.551.

- **Edifício SULACAP (1943)**



Fonte: curraldelrei.blogspot.com

- **Edifício JK (1954)**



Fonte: bhnostalgia.blogspot.com

- **Pampulha (1943) e o Estádio Magalhães Pinto (1965)**



Fonte: otempo.com.br

As quase três décadas que constituem o corte temporal desse estudo representam um momento cultural muito bem definido, principalmente se observado pelo seu aspecto social, cujo contorno é muito evidente, permitindo uma investigação precisa da praxe arquitetônica representativa da época. Assim, como a Segunda Guerra determinou profundas transformações da visão da humanidade sobre si mesma, particularmente em Belo Horizonte nos idos de 1940, firmou-se o que se poderia chamar de período de consolidação do projeto modernista – os anos JK. Como todo o país que desde os anos trinta vinha consolidando-se como Nação moderna, Belo Horizonte percebeu que o momento imediato ao pós-guerra era decisivo para tornar-se uma cidade moderna, sinônimo de progresso em consonância com o esforço nacional de eliminar o proeminente subdesenvolvimento brasileiro. Nesse período dos anos 1940, 1950 e 1960, a opção pela industrialização e pelo consumismo caracterizou também o projeto modernista belo-horizontino, que como em todo território brasileiro posteriormente aos anos 1970, culminou num desastre sócio-econômico, resultante de um processo acometido por uma sucessão de erros políticos: industrialização sem reforma agrária, ditadura, concentração de renda, setor financeiro especulativo, inflação, prioridade à infra-estrutura econômica, desprezo pelo social, caos urbano. A partir da década de 1970, a estagnação do desenvolvimento caracterizou o modelo sócio-econômico-cultural implantado no país. O progresso modernista almejado e iniciado nos anos 1940 naufragou, tendo como principais causas o abandono da infra-estrutura social e o endividamento desmesurado, julgado necessário para manter o ritmo desenvolvimentista pretendido.

A sociedade chegou aos anos 1970 com outra conformação, outros anseios e outras necessidades, esperando outro Milagre Brasileiro. A arquitetura passou a expressar-se por um contingenciamento formal resultante não mais da totalidade de sua natureza sociocultural, mas radicalmente pelo viés financeiro. Iniciou-se outro momento arquitetônico na cidade de Belo Horizonte, diferente daquele pretendido nos anos 1940, 1950 e 1960, quando ocorreu então uma mudança paradigmática de um plano ideológico modernista para um projeto político de pressupostos estritamente econômicos, na expectativa de conduzir o país ao progresso sem traços de uma ação sociocultural delineada.

Todavia, nas décadas de 1940 a 1960, os princípios técnico-pragmáticos estabelecidos pela racionalidade e instrumentalização técnica de que se pautou a produção arquitetônica modernista, expressaram uma arquitetura absoluta e rigorosa pela unidade

estética do objeto. Neste ambiente do Modernismo, os edifícios foram gerados a partir do rigor lógico estrutural, do uso dos novos substratos tecnológicos e da noção de conforto ligados fundamentalmente à eficiência e à evidência formal. Porém, estes princípios modernistas da arquitetura não devem ser entendidos por dogmatismo, como muitas vezes a crítica de especialistas, principalmente após anos 1970, colocou. Os princípios “corbuserianos”, os conceitos de simultaneidade, a idéia de movimento, a noção de espaço-tempo, a integração do espaço interior-exterior e o conceito de bem-estar frente à funcionalidade ou eficiência dos ambientes construídos acabaram por se agregarem ao conjunto de valores projetuais, que conseqüentemente definiram as novas formas edilícias, tão emblematicamente identificadas como modernistas. Estes princípios, rigorosos nas suas proposições de racionalidade formal e eficiência tecnológica, não se opuseram, mas, sobretudo geraram lugares integrados à natureza, dotados de apropriação e significação simbólica que conferiram ao ambiente construído realidade à existência humana. À estes princípios, que imprimiram na arquitetura dimensão vivencial, os arquitetos modernistas nunca os negligenciaram, pelo contrário eram também seus propositores.

A partir da proposição de que a antropologia considera a questão do sentido da existência através da “leitura” do mundo social, aprofundando o conhecimento do homem pelo homem, que a fenomenologia trata da questão do espaço referindo-se a experiência primária, anterior a qualquer representação lógico-científico, e que a hermenêutica aborda a questão da temporalidade, pela fusão de horizontes do fato observado e do observador no seu momento presente, identificou-se um ponto convergente destas três abordagens da relação do homem com o espaço e o tempo, nos quais se fundamentará toda a interpretação do objeto desta reflexão: o edifício - fato cultural da arquitetura modernista de Belo Horizonte no pós-guerra. Não se pretendeu referir à arquitetura dos edifícios apenas através de sua experiência estética, de sua imagem visível e compositiva do cenário urbano, mas antes de tudo assumi-la como uma construção cultural da vida civil e da sociedade no tempo. Para tanto, compreendeu-se que o edifício é uma espacialidade dotada de valores socioculturais próprios de cada temporalidade.

Estabelecendo como hipótese que a experiência arquitetônica é guardiã, propositora, e construtora do tempo e espaço do homem, este estudo aborda, a partir de um enfoque interpretativo à luz da fenomenologia e da hermenêutica, os edifícios como objetos conotativos do conhecimento humano, cujos conteúdos simbólicos representam o ambiente e a interagência cultural de Belo Horizonte no movimento modernista.

O Modernismo como fato cultural esteve intimamente ligado a um movimento, a uma estética e a um período, que no Brasil surgiu principalmente pela literatura e pela arte, quando ocorreu a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo. Este período caracterizou-se pelas grandes transformações das relações sociais, econômicas e fundamentalmente políticas que acarretaram profundas modificações dos hábitos e costumes dos brasileiros. Em Belo Horizonte, o Modernismo só tornou-se pleno, enquanto movimento cultural, através de suas manifestações diversas como as artes, a arquitetura e a política, a partir dos anos 1940, quando a população belo-horizontina tomou conhecimento que ela própria já se encontrava em meio a um processo veloz de transformação de uma estrutura quase provinciana para uma sociedade moderna, baseada num plano econômico firmado na industrialização, consumismo e na consolidação urbana. Também, uma nova ordem de sociabilidade, pela coletivização dos espaços da cidade destinados às classes sociais distintas como o complexo arquitetônico da Pampulha, configurava-se como um dos aspectos da utopia modernista da época - “a concepção da arquitetura e da produção industrial qualificada como fatores condicionantes do progresso social e da educação democrática da comunidade”³ (Argan, 1988).

Uma vez que a utopia modernista havia passado do plano do discurso para o plano concreto das cidades, a investigação do Modernismo de Belo Horizonte através da arquitetura, como manifestação protagonista da modernidade, é uma tentativa de compreensão do seu ambiente cultural pela sua relação temporal de atualidade e pelo seu reconhecimento de seus vínculos locais.

Nesse trabalho, a hipótese está configurada biunivocamente numa relação em que o edifício é determinante e determinado pelos pressupostos socioculturais do modernismo, assim como os pressupostos socioculturais são determinantes e determinados pelo edifício. Nessa dissertação, hipoteticamente, a abordagem é apresentada de maneira inversa em relação aos modos mais tradicionais de pesquisa, na qual se procuraria no ambiente sociocultural a justificativa para as concepções arquitetônicas do edifício. Estes procedimentos acabam sempre por caracterizar a arquitetura como fato histórico. Em oposição neste trabalho, assumiu-se o edifício como representação de algo que é mais honrado, a arquitetura, entendida no conjunto de valores gerados pelos saberes e fazeres,

³ ARGAN, 1988. p.265.

que se traduz pelo plano sociocultural de uma época determinada, revelando o Modernismo de Belo Horizonte.

2. Arquitetura, Cultura e Modernidade

Em princípio, haverá tantas noções de moderno, modernismo e modernidade quantos forem os espaços e os tempos considerados. Haverá aquela e esta modernidade “deles” e a “nossa” modernidade.

Teixeira Coelho (1995)

A discussão sobre cultura sempre foi, entre nós, uma forma de tomar consciência do nosso próprio destino, o que fez com que ela estivesse intimamente associada à discussão sobre a nossa própria identidade. No século 20, a palavra cultura apresenta um esgotamento, restringindo-se a uma discussão particular da vida social, concebida como um “modo vida cultivado” como também no “estado mental do desenvolvimento de uma sociedade” (Ortiz,1988)⁴.

O Modernismo, como movimento no Brasil, estabeleceu uma relação paradigmática na reflexão entre cultura e modernização da sociedade. Se é pela cultura, na sua dimensão social, que se constrói uma identidade nacional, no Brasil tal construção vai iniciar a partir dos anos 1930, quando o Estado e a intelectualidade fundamentam uma ideologia que busca difundir uma nova visão de mundo no conjunto da sociedade, através de um projeto a um só tempo político e cultural. Essa mesma relação entre política e cultura levou os brasileiros, nas décadas 1950 e 1960, à convicção de estarem vivendo um momento particular da história do Brasil, marcado por uma esperança que é antes de tudo resultado de uma tomada de consciência das suas próprias potencialidades, de uma autoconfiança, como relatou Mello e Novais⁵

“[...] Na década de 1950, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância.[...]’

Para o entendimento do ambiente cultural modernista de Belo Horizonte pela expressão arquitetural, foi necessário tratar das relações de pertinência entre os edifícios e as transformações econômicas, os projetos políticos, as mutações na sociabilidade da vida cotidiana da sociedade, principalmente pós 1945.

⁴ ORTIZ, 1988. p.19.

⁵ MELLO e NOVAIS, 1998. p.51960.

O enfoque antropológico deste trabalho, que de acordo com a definição de antropologia de Gilberto Velho⁶, está na ação interpretativa dos planos e das mudanças sociais, neste caso, expressos na arquitetura modernista belo-horizontina. Esta interpretação antropológica não se verificou somente no interior das grandes transformações históricas, mas, sobretudo como resultante acumulada e progressiva de ações e interações cotidianas, que se apresentaram num processo dinâmico da história pela reflexividade do ocorrido na esfera individual e na esfera coletiva. Sendo esta reflexividade colocada dentro do movimento modernista pela representação da arquitetura da cidade de Belo Horizonte

Através da idéia da construção da cidade no tempo, ligada à cultura, ao reconhecimento dos valores simbólico-culturais e à sua expressão na cultura material, pretendeu-se investigar a cidade não apenas pela sua imagem visível e nem só pelo seu conjunto arquitetônico mas sim fundamentalmente pelo seu espaço urbano vivencial. Essa investigação ocupou-se preponderantemente em entender a cidade como arquitetura pela sua forma, que é um dado concreto referente a uma experiência concreta - Belo Horizonte. Entenderam-se também as questões arquiteturais pela sua natureza coletiva inseparável da vida civil e da sociedade, e assim pressupôs-se antropológicamente a ação arquitetônica como produtora e guardiã de acontecimentos culturais. Estando a arquitetura na esfera sócio-cultural, visou-se compreender as novas práticas, os novos hábitos e a interação do homem com o ambiente construído, que no entendimento de Aldo Rossi esta experiência resume-se na *arquitetura da cidade*. E foi a partir desta arquitetura que tratou esta reflexão: abandonou-se a noção superestimada da forma arquitetural, mais particularmente reintegrou-se o termo função e rescreveram-se os movimentos das pessoas no espaço, junto à ação e aos eventos localizados dentro do campo político e social da própria arquitetura.⁷

3. Moderno, Modernismo e Modernidade

O que definiria o *modernismo*? Um conjunto de fatos culturais historicamente localizados num tempo e num espaço? Ou seria uma ampla manifestação estética reconhecida por um estilo? Verificou-se que qualquer definição atribuída ao Modernismo, remetia sempre à outras indagações do que se poderia entender também por *modernidade e moderno*.

⁶ VELHO, 1981. p. 31

⁷ A discussão de reintegração dos termos *função e eventos* na experiência concreta e vivida no espaço arquitetural foi muito bem elaborada no livro *Architecture and disjunction*, TSCHUMI, 1999.

Esta terminologia, muitas vezes empregada com imprecisão, foi bem definida por Teixeira Coelho em sua obra *Moderno Pós moderno: modos & versões*:

“[...] Moderno é termo dêitico, termo que designa alguma coisa mostrando-a, sem conceituá-la; que aponta para ela mas não a define; indica-a, sem simbolizá-la. Moderno é assim, um índice, tipo de signo que veicula uma significação para alguém a partir de uma realidade concreta em sua situação e na dependência da experiência prévia que esse alguém possa ter tido em situações análogas.[...]”⁸

O conceito de *Moderno* relaciona-se com a questão temporal, possui um significado aberto e passa designar o novo, o desconhecido, o estranho.

O *Modernismo*, conforme o entendimento de Henri Lèfebvre citado por Coelho Netto (1995), é uma representação a partir da “consciência que cada uma das gerações sucessivas teve de si mesma, a consciência que as épocas e períodos tiveram de si mesmos”⁹. E foi definido por Coelho Netto como “uma linguagem, um código, um sistema ou um conjunto de normas e uma unidade de significação”¹⁰.¹¹ Entendeu-se que sendo uma representação o “*modernismo* é mais uma fabricação do que uma ação” (Coelho, 1995). Então, pode se afirmar neste sentido que a Semana de Arte Moderna de 1944 e o Conjunto arquitetônico da Pampulha são manifestações do um Modernismo de Belo Horizonte.

Esta investigação tomou como pressuposto a definição de que o *modernismo* é uma representação pela fabricação e, então, pela resposta da arquitetura dos edifícios modernistas, foi que se investigou a realidade do ambiente cultural, que neste trabalho constituiu o termo objetivo do conhecimento moderno em Belo Horizonte no período pós guerra. Para tanto o objeto arquitetônico foi considerado como fato cultural e sua interação com a experiência modernista belo-horizontina expressou o espírito de transformações, de rupturas e do contínuo desejo de mudanças, até mesmo de afirmação de identidade cultural da capital de Minas. Ainda de acordo com Teixeira Coelho: “*se o modernismo é fabricação, ação é o moderno? Não, a ação é a modernidade.*” Então concluiu-se que o *modernismo* é o fato concreto e a Modernidade seria a reflexão sobre o fato, uma ação, na medida em que se estabelece pelo processo de descoberta e pelo desenvolvimento do pensamento humano.

4. Modernidade – um discurso enunciativo

⁸ COELHO NETTO, 1995. p.13.

⁹ LEFEBVRE, Henri. *Introduction à la modernité*. Paris: Minuit, 1996.

¹⁰ COELHO NETTO, 1995. p.15.

¹¹ COELHO NETTO, 1995. p.15.

A Modernidade pode ser entendida como um processo iniciado com a renovação científica do século 17 – a partir da qual o universo é concebido infinito, a subjetividade e a crença na racionalidade são inauguradas. Se a Modernidade surgiu como um processo na Idade Média, ainda não concluído, verificou-se também, como discutiu Teixeira Coelho^{12, 13}, a existência de um “projeto de modernidade” que teve seu lançamento no século 18 e firmado no 19 – representado pela revolução industrial, por um novo pensamento social, a exemplo de Marx, e pela psicanálise. Esse projeto corresponderia aos últimos três séculos da cultura ocidental de extração européia, cristalizando-se no século 20, quando assume contornos mais bem trabalhados e novos conceitos fundamentais como o de espaço e tempo, a exemplo na relatividade de Einstein. Entretanto, observou-se que, se processo ou se projeto, a Modernidade tem se configurado não como uma disciplina fechada dentro do campo das ciências sociais, mas como estrutura aberta a partir da reflexão contínua sobre Cultura e o processo de desenvolvimento do pensamento humano. Não se entendeu a Modernidade como ação globalizante mas uma ação caracterizada fundamentalmente nas suas considerações a partir das formas diversas de assimilação e reconhecimento das diferenças entre as várias culturas e as ressonâncias deste processo na trajetória da vida humana.

Porém, neste trabalho renunciou-se às formas prévias de continuidade histórica para não incorrer no risco das sínteses cronológicas, “que além de qualquer começo aparente, há sempre uma origem secreta” (Foucault, 2000)¹⁴. A Modernidade foi aqui considerada como um campo particular da cultura cujos limites e origem apresentam-se incertos, revelando sua estrutura aberta pelo seu caráter processual, constituída de unidades internas independentes. Essa independência de unidades possibilitou a observação de um domínio interno circunscrito num determinado tempo e espaço de Belo Horizonte, no qual, como objeto desta reflexão caracterizou-se a arquitetura do Modernismo pós guerra.

A partir dessa definição conceitual estabeleceram-se como questões de procedimentos e problematização teórica a descrição de *discursos* a partir de uma determinada região da *modernidade*, procurando evitar atitudes que pudessem estabelecer, como por exemplo, a relação dos livros com seus autores ou mesmo a relação de teorias com suas estruturas e coerência. Na investigação dos edifícios procurou-se evitar a condenação da análise histórica de ser busca e repetição de uma origem, que escapa a própria determinação histórica, e como

¹² COELHO NETTO, 1995. p.20.

¹³ COELHO NETTO, 1995. p.20.

¹⁴ FOUCAULT, 2000. p.28.

que escapa a própria determinação histórica, e como também evitou-se a interpretação ou escuta de um “já-dito”, que seria ao mesmo tempo, um “não-dito”, como observou Foucault¹⁵. Optou-se por uma ação investigatória de conjuntos de discursos enunciativos que através do tempo tornaram-se conhecidos como Modernidade. E, mais geograficamente falando, aqueles discursos definidos no século 20 em Belo Horizonte. Aceitaram-se os enunciados propostos pela história apenas para questioná-los imediatamente e para recolocá-los em um espaço mais geral que, dissipando sua aparente familiaridade e continuidade a um conjunto de fenômenos sucessivos e idênticos de importância temporal singular, permitisse fazer sua teoria de enunciado.

Esta idéia de conjuntos enunciativos foi elaborada por Foucault no livro *Arqueologia do Saber*, no qual definiu que “os enunciados, diferentes em suas formas, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único objeto”¹⁶. Assim os enunciados pertinentes ao Modernismo referem-se temporalmente a essa instituição que se perfila de maneira múltipla múltipla na experiência individual e coletiva e se pode nominar de Modernidade.

E concluiu Foucault¹⁷:

“[...] O enunciado não é, pois uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela instituição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, conteúdos concretos, no tempo e no espaço.[...]”

A Modernidade como reflexão do fato, apresentou-se não como uma estrutura rigorosa por ser um campo ainda aberto de descoberta, mas mostrou-se precisa na sua função enunciativa na qual o Modernismo apareceu como unidade possível de conteúdos concretos de conhecimentos e fatos em um determinado tempo e espaço no século 20, e mais precisamente nesta reflexão nos anos 1940, 1950 e 1960.

¹⁵ FOUCAULT, 2000. p.28.

¹⁶ FOUCAULT, 2000. p.36.

¹⁷ FOUCAULT, 2000. p.98.

5. Considerações Finais: Espaço e Tempo no Limite do Modernismo em Belo Horizonte

“A Modernidade é um projeto inacabado”.

Habermann

A partir de uma abordagem fenomenológica e para uma melhor compreensão dos termos *tempo, espaço e modernismo*, neste trabalho considerou-se a arquitetura como um campo de conhecimento de um ambiente cultural descrito através de um recorte temporal – a produção da arquitetura modernista de Belo Horizonte nos anos 1940, 1950 e 1960. Todavia não se tratou de uma investigação historiográfica arquitetural belo-horizontina. O tempo e o espaço foram abordados no sentido antropológico dos seus significados culturais¹⁸, remetidos não a um entendimento do passado, mas a uma reflexão do momento presente da arquitetura belo-horizontina produzida no pós-guerra. Os edifícios foram tratados como acontecimentos recortados na totalidade espaço-temporal do mundo objetivo por um observador finito.

Este entendimento de natureza fenomenológica, conforme Merleau-Ponty, supôs uma visão do tempo sobre o tempo, no qual ele não é como um rio, ele não é um elemento fluente. O passado e o futuro existem no presente, “não é o passado que empurra o presente nem o presente que empurra o futuro para o ser... E o que torna o ser temporal é o não-ser do alhures, é o não-ser do ontem, é o não-ser do amanhã.”

Os edifícios referenciados neste texto (ver p.2) – SULACAP, JK, Mineirão e o complexo arquitetônico da Pampulha, apresentaram uma arquitetura antepassada. Entretanto, essa arquitetura por si não remetem ao passado, elas estão presentes aqui e agora no cenário urbano de Belo Horizonte. E se percebeu nelas alguns registros de identificação de experiências arquiteturais anteriores foi porque este sentido do passado esteve no sujeito, que trouxe esta significação. Portanto, sem intenção da narrativa histórica, esta investigação da arquitetura modernista de Belo Horizonte foi abordada pela sua significação cultural e consolidada numa evocação temporal de fusão de horizontes – o do objeto observado com o horizonte do sujeito em seu momento presente. Essa relação de temporalidade da fusão de horizontes foi necessária para que tivéssemos a realidade arquitetônica dos edifícios, abandonando qualquer possibilidade de construí-los ou mesmo constituí-los pelo conhecimento lógico-científico. Intencionou-se apenas descrevê-los a partir de sua

¹⁸ Considerando o homem nas suas característica que derivam das suas relações sociais. E, entendendo, conforme Lévi-Strauss que a Antropologia distingue-se da Sociologia enquanto tende a ser uma ciência social do observado ao passo que a Sociologia tende a ser a ciência social do observador.

representação cultural hoje. Este procedimento está relacionado aos preceitos de Merleau-Ponty acerca da fenomenologia da percepção:

“[...] eu sou não um ser “vivo” ou mesmo um “homem” ou mesmo uma “consciência”, com todos os caracteres que a zoologia, a anatomia social ou a psicologia indutiva reconhecem a esses produtos de natureza da história – eu sou a fonte absoluta; minha experiência não provem de meus antecedentes, de meu ambiente físico e social, ela caminha em direção a eles e os sustenta. Pois sou eu quem faz para mim essa tradição que escolho retornar, ou esse horizonte cuja distância a mim desmoronaria, visto que ela não lhe pertence como uma propriedade, se eu não estivesse lá para percorrê-la com o olhar[...]”¹⁹

Assim a investigação se fez pela historicidade, a partir da definição e da delimitação do ambiente cultural modernista com os quais os edifícios selecionados foram gerados e inseridos. A historicidade foi entendida como:

- o modo de ser do mundo histórico;
- o aspecto referente ao componente temporal na relação do homem com o espaço e também referente à memorização da experiência vivida, conforme as reflexões de Korosec-Serfaty²⁰ acerca dos aspectos fundamentais da Fenomenologia.

Compreendeu-se como ambiente cultural o lugar dos fazeres e saberes modernistas em que Belo Horizonte esteve e está relacionada. A consciência crítica da importância do contexto historicista na produção, aquisição e transmissão do conhecimento arquitetural foi fundamental para o esclarecimento da dimensão da cultura modernista belo-horizontina, e para tanto foi necessária a abordagem do Modernismo em três instâncias – no Mundo, no Brasil e em Belo Horizonte – garantindo seu entendimento e condição global de movimento cultural do mundo ocidental.

REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

¹⁹ MERLEAU-PONTY, 1999. p.3.

²⁰ KOROSSEC-SERFATY, 1985. cap. 3, pp.65-86.

- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: vol.2. Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- COELHO NETTO, José Teixeira. *Moderno Pós Moderno – Modos e Versões*. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- COSTA, Lúcio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das artes, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- KOROSEC-SERFATY, Perla. *Experience and use of the dwelling*. In: Altman, Irwin e Werner, Carol M.(Ed.). *Home environments: human behavior and environmente – advances in theory and researches*, vol.8, New York: Plenum Press, 1985, cap.3, pp.65-86.
- LEFÉBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MAGALHÃES, Beatriz de Almeida e ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte: um espaço para a república*. Belo Horizonte: UFMG, 1989.
- MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- NIEMEYER, Oscar. *Pampulha: arquitetura*. In: XAVIER, Alberto. *Depoimentos de uma geração*. São Paulo: Editora Pini, 1987. p.131.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira. – cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- RAPOPORT, Amos. *House, form and culture*. Englewood Cliff, NJ: Prentice Hall, 1969.
- ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- TSCHUMI, Bernard. *Architecture and Disjunction*. London: The MIT Press, 1999.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da cidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.